

Escravidão na África: um paralelo entre os moldes africanos e europeus

Slavery in Africa: a parallel between African and European patterns

Mariana Valença Félix¹, UFCG

Resumo

Este artigo busca tratar da escravidão enquanto um dos aspectos ligados à história da África e às sociedades africanas, apresentando de maneira sucinta e objetiva a evidente diferença entre os tipos de escravidão existentes nesse continente e seus derivados, tratando de enfatizar as características particulares de cada sistema, práticas e sociedades. Tem como propósito romper com uma visão equivocada e relativizadora desse processo de escravização de pessoas, que constantemente iguala as diferentes práticas escravistas, na intenção de justificar e amenizar a culpa dos europeus nesse processo. Essa pesquisa tem caráter bibliográfico, baseia-se e problematiza questões postas por autores como John Kelly Thornton (2004), Walter Rodney (1975) e Paul Lovejoy (2002), realizando um diálogo historiográfico que discute os conceitos de escravidão, escravo e escravizado.

Palavras-chave: Europeus; Escravidão; Escravizado; Sociedades africanas.

Abstract

This article seeks to deal with slavery as one of the aspects linked to the history of Africa and African societies, presenting in a succinct and objective way the evident difference between the types of slavery existing on that continent and their derivatives and trying to emphasize the particular characteristics of each system, practice, and society. Aims to break with a mistaken and relativizing view of this process of enslaving people, which constantly equates the different slave practices, with the intention of justifying and alleviating the guilt of Europeans in this process. Thus, this bibliographical research is based on and problematizes questions posed by authors such as John Kelly Thornton (2004), Walter Rodney (1975), and Paul Lovejoy (2002), carrying out a relevant historiographical dialogue that discusses the concepts of slavery, modern slavery, slave, and enslaved.

Keywords: Europeans; Slavery; Slave; African societies.

Introdução

Ainda que com poucos estudos bibliográficos edificadas na área, atualmente, tem-se desenvolvido algumas discussões historiográficas importantes a respeito da história do continente africano e suas influências no mundo. Importantes historiadores já dedicaram trabalhos para essa temática, como são os casos de Walter Rodney, Paul Lovejoy e John Kelly Thornton. O presente trabalho utiliza-se de referências bibliográficas dos autores citados e de outros estudiosos, a fim de evidenciar uma das discussões mais conhecidas quando se trata da história da África, a questão da escravidão africana e suas particularidades.

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Na intenção de estruturar a argumentação deste trabalho, se apresenta inicialmente uma breve definição de escravidão, seguida de um paralelo entre a escravidão africana nos termos da África, ou seja, antes da chegada dos europeus; e a escravidão moderna, desenvolvida após a entrada dos europeus neste mercado. Essa proposta objetiva demonstrar a diferença entre as duas práticas e como ambas afetam de formas totalmente diferentes as estruturas sociais, políticas e econômicas dos povos africanos.

A escolha dessa temática se deu pela necessidade de combater a ideia de que a escravidão desenvolvida nas Américas se justifica pelo fato que nas sociedades africanas “a mesma prática já existia”, buscando romper com o pensamento de que todas as práticas de escravidão são iguais, pensamento que parece minimizar a responsabilidade europeia diante desse fato histórico. Essa ideia tem sido bastante disseminada e chega a ser um desrespeito com a história africana, visto que essas práticas são distintas e afetaram as sociedades de formas muito diferentes.

Atualmente há uma linha de pesquisa e estudo que busca romper com esses pensamentos estruturados de forma prejudicial para a historiografia e as sociedades como um todo, conhecida como pensamento decolonial, que pode ser visto como uma forma de resistência e também de denúncia, como apontam Elizabeth de Souza Oliveira e Marizete Lucini (2021), ao desenvolverem sobre o entendimento da decolonialidade:

O entendimento da decolonialidade como meio de denúncia, de luta, mas também como teoria, conceitos e categorias no desenvolvimento da experiência histórica tem origem nos fins do século XX, quando um grupo de estudiosos percebeu que para estudar o colonialismo na América Latina e no Caribe havia a necessidade de se ter conceituações e categorias próprias, como apontamos. Isto porque se entendeu que as formas de colonização se deram de maneiras diferentes em determinados territórios (OLIVEIRA E LUCINI, 2021. p. 03).

Esse trecho aponta para a pluralidade dos processos de colonização, o que indica a complexidade geral dessas relações, tendo ligação direta com os sistemas que já existiam e os que passaram a existir, afetando as sociedades africanas e as não africanas, num processo contínuo.

A perspectiva da decolonialidade tem sido cada vez mais estudada e de maneira geral busca trazer luz para a visão das sociedades que sofreram com o processo e sofrem com as consequências do colonialismo. O trabalho aqui desenvolvido de certa forma tenta atingir

alguns aspectos desse pensamento, no sentido de desenvolver discussões que buscam evidenciar e desconstruir ideias equivocadas a respeito da temática.

Assim, considera-se também a relevância que o pensamento decolonial tem, pois simboliza de forma evidente o “rompimento com o pensamento pós-colonial que, até então, desenvolvia trabalhos com conceituações e categorias voltadas para o processo de colonização na África e Ásia entre os séculos XVIII e XX” (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 3). Nesse sentido, a perspectiva influencia diretamente a abordagem e a necessidade desse estudo.

Desenvolvimento

Sabe-se que a escravidão é um fato incontestável da história humana, não é possível apagar ou esconder esse acontecimento histórico, sendo necessário compreendê-lo em suas particularidades. E objetivando sintetizar as principais diferenças entre as práticas de escravidão e seus impactos nas sociedades africanas, se faz necessário desenvolver brevemente a questão da escravidão, entendendo que se trata de um tópico complexo, pois a ele estão atrelados muitos sentidos e problemáticas.

Dessa forma, trabalha-se neste artigo o sentido da escravidão pensado por Orlando Petterson (1977, p. 431) como sendo “aquela condição na qual há uma alienação institucionalizada dos direitos sobre o trabalho e o parentesco”, em outras palavras, a pessoa, quando escravizada, perde todos os direitos básicos referentes ao seu trabalho e à sua liberdade.

Isso remonta outra questão que está diretamente ligada à escravidão, o escravizado. Em palavras mais diretas, escravizado seria aquele inserido no sistema de escravidão, em que lhe é negada a liberdade, reduzindo-o à condição de propriedade. Nesse sentido, tudo o que uma pessoa escravizada produz pertence ao seu senhor, não sendo possível desfrutar da própria produção (BARROS, 2013, p. 209).

Como visto, a escravidão é uma prática que retira do indivíduo a sua liberdade, humanidade e dignidade, deixando apenas a condição de servidor escravo. Acontece que, quando se trata de escravidão, é possível pensar em diferentes tipos e especificidades dessa prática, existindo a escravidão que acontecia na Antiguidade, a que acontecia na África pré-colonial e a que passou a se desenvolver após a chegada dos europeus no território africano, sendo mais tarde adaptada para uma forma de exploração da contemporaneidade. Neste estudo o foco está voltado apenas para a escravidão nos contextos africano e europeu.

Nesse sentido, ainda que este não seja o contexto adotado para o presente artigo, é preciso mencionar a participação islâmica e árabe na constituição e manutenção de um mercado

baseado na escravização africana. Há nas discussões relacionadas à escravidão árabe-islâmica e nas sociedades muçulmanas como um todo, certa lacuna referente a estudos, dando margem a uma compreensão geral que tende a confirmar que a dinâmica de exploração de trabalho africano nestas regiões teria sido realizada de forma branda ou menos prejudicial. Tal fato não se aplica, pois “escravidão é escravidão e não pode ser embelezada ou considerada branda” (WEDDERBURN, 2007, p. 57).

Assim sendo, é de consenso geral entre os estudiosos da área da história africana no período referente ao surgimento do mundo atlântico, que antes da chegada dos navegadores europeus já existia nas diversas sociedades daquele continente uma prática semelhante a da escravidão moderna, sendo dotada de características próprias.

A escravidão que existia na África não seguia o sistema da escravidão moderna, pois estava ligada essencialmente ao trabalho, por meio de um sistema institucional interno ao qual as pessoas eram submetidas por diferentes motivos. A condição de escravo geralmente era imposta àqueles que cometiam algum crime, que não liquidaram suas dívidas e aqueles que eram dominados em conflitos oriundos de guerras entre grupos (SOUZA, 2003, p. 17).

Nesse sentido, as sociedades africanas estruturavam-se com base nesse sistema, nomeado por alguns historiadores de “escravidão doméstica” ou “escravidão de parentesco” ou ainda “produção de linhagem”. As bases sociais se constituíram também com a influência da fome e outras características religiosas e sociais, tendo sempre a problemática do “escravo” fortemente marcada.

Nesse tipo de prática, considerava-se questões essenciais a gerontocracia - em que os mais velhos controlavam a produção e reprodução -, a faixa etária e o sexo, existindo uma preferência por mulheres, já que eram elas as responsáveis pela continuação da linhagem e pela agricultura. Além disso, considera-se o sentido de parentesco, visto que aqueles indivíduos postos na condição de escravizados teriam condições e trabalhos bastante semelhantes aos de um membro da família, pois estariam sob as ordens da mesma linhagem (LOVEJOY, 2002, p. 42-43).

Dessa forma, ainda que o escravizado realizasse diversas atividades produtivas, a motivação para mantê-lo naquela condição não estava no sentido econômico, mas sim na intenção de potencializar o poder político, visto que, até aquele momento, a sociedade se enriquecia de acordo com o tamanho dos grupos sociais. Isso demonstra como as sociedades africanas pré-coloniais desenvolveram um sistema escravista em que as pessoas eram

consideradas e inseridas na sociedade, não sendo a prática da escravidão a característica fundamental do desenvolvimento dessas sociedades.

Foi quando a presença dos europeus se intensificou no Atlântico que esse sistema escravista se modificou, pois ao entender as formas de comercialização que existiam na região, esses mercadores passaram a se beneficiar economicamente dessa prática. Com isso, inicia-se o que mais tarde se tornou uma das maiores manchas da história, a escravidão moderna.

A escravidão moderna, ou convencional, está ligada a inúmeras questões, que perpassam entre aspectos psicológicos, sociais e econômicos, resultando na alteração da estrutura das sociedades. Essa prática, nos moldes europeus, surgiu juntamente com o avanço do comércio atlântico, pois foi o que permitiu a entrada de produtos pouco ou nada conhecidos nos territórios africanos. A comercialização desses materiais foi crescendo e possuir algumas mercadorias passou a ser sinônimo de poder social, o que era cobiçado.

Imagina-se que, durante certo período, todas as formas de escravidão devam ter coexistido, e com o tempo algumas deixaram de ser exercidas, culminando no sistema escravista moderno. Esse sistema tinha caráter estritamente econômico, constituindo-se com base na exploração do trabalho, e seu foco estava voltado para a comercialização de mercadorias e pessoas, sendo o primeiro sinal do capitalismo exacerbado.

Característica importante é que na escravidão europeia não se considerava o indivíduo escravizado como ser humano, a ele eram negados seus direitos essenciais e sua liberdade. Tal ato demonstra o nível de crueldade desse sistema, que se impôs por meio da descaracterização dos povos e da violência. Essa prática escravista ganhou força, tornando-se uma atividade em larga escala, o que afetou de forma irreversível as sociedades africanas, e assim:

o escravo deixa neste momento de ser encarado como um desigual, e passa a ser entrevisto como um diferente, e esta é de fato uma das mais significativas violências simbólicas que pode se abater sobre o indivíduo escravizado (BARROS, 2013, p. 211)

É nesse momento que a escravidão passa a se estruturar com base na diferença, surgindo a racialização da escravidão. A ideia da diferença foi fundamentada para servir de justificativa aos atos de crueldade dessa prática de exploração. Assim, tem-se a escravidão moderna como uma mistura de dois outros tipos, uma soma do caráter econômico generalizado com a racialização, já presente no mundo árabe há muito tempo. Isso compôs o sentido racista de que aos povos negros cabia o trabalho forçado e a humilhação (WEDDERBURN, 2007, p. 184-185).

Essa ideia da racialização, que buscava uma justificativa por meio da diferenciação racial dos povos, afetou a estrutura social e a organização das sociedades como um todo, tendo influência até os dias atuais. Assim, é a partir desse momento que passa a ocorrer uma maior expansão da escravidão, pois a princípio a prática aparenta possuir sentido lógico, embasado no horror à diferença, na superioridade da raça, tornando-se uma prática considerada realizável naquela época.

Nesse sentido, surgem os meios de expansão dessa atividade, e o que antes estava sendo exercido apenas no território africano, se reestrutura e se expande para outras regiões do mundo, por meio do tráfico de escravizados. Isso vem a ser uma das ferramentas de comercialização que mais transportou, contra a vontade, pessoas escravizadas de suas terras para um mundo totalmente novo. Esse sistema escravista perdurou por muito tempo, sendo sua história tão complexa, dolorosa e delicada que seria impossível abordar detalhadamente somente neste artigo.

Dessa forma, é necessário ressaltar alguns pontos importantes sobre essas duas práticas tão brevemente explanadas. A princípio, comunica-se que os europeus não entraram de uma vez só no sistema escravista da África, foi um processo que demorou, devido aos acordos e comercializações. Dito isso, a escravidão africana não foi criada por esses navegantes, mas sim modificada por eles, que edificaram o tráfico de escravos, os castigos, os ideais e pensamentos racistas, e instituíram um caráter desumanizador e exploratório que não existia nessas sociedades.

Como foi possível perceber, as formas de escravidão que se desenvolveram na África e nas Américas são semelhantes, no sentido de compor um sistema em que se possui pessoas escravizadas, mas totalmente diferente nos seus objetivos, no seu desenvolvimento e nos seus resultados. Assim, a presença dos europeus nos territórios africanos e sua intromissão nas questões econômicas teve como consequência um forte impacto econômico, social e de caráter desestruturante no continente africano. Acerca disso, Walter Rodney afirma que:

A verdade é que uma África em desenvolvimento recebeu os efeitos do mercado de escravos e as relações comerciais com a Europa como um vendaval que aniquilou algumas sociedades, desviou do curso muitas outras e desacelerou em geral o impulso de crescimento. Entretanto, cabe assinalar que os capitães africanos continuaram tomando decisões, inclusive durante todo o período que chegou até 1885, pois já operavam as forças que haviam de aumentar progressivamente a pressão que exerciam os europeus capitalistas, causando posteriormente seu triunfo ao apoderar-se do comando" (RODNEY, 1982, p. 161).

Dessa forma, nota-se que os europeus transferiram a lógica da disputa de mercados para esses territórios, que ao valorizar ainda mais a condição do escravo na economia, incentivou o crescimento da desigualdade social e a criação de grupos e reinos mais individualizados e com foco na escravização de pessoas (LOVEJOY, 2002, p. 55-56).

Além disso, a principal diferença entre essas duas práticas está presente no caráter violento e desumano da escravidão moderna. Enquanto nos moldes da África essa prática se estruturou de forma mais branda, a escravidão moderna desumanizou as pessoas e tirou-lhes não só a liberdade, mas também a vida e a dignidade. É por isso que quando se trata da escravidão, não se pode colocar ambos os tipos em comparação como sendo iguais, pois não estão no mesmo nível de crueldade, nem de desestruturação.

Portanto, quando Thornton (2004, p. 23) coloca que "a escravidão era disseminada e inata na sociedade africana, como era, naturalmente, o comércio de escravos", acaba sendo bastante pertinente, pois, como vimos, de fato era uma prática presente na estrutura da sociedade, mas aos seus modos. A prática da escravidão, assim como a própria colonização, se expandiu e teve suas particularidades, assim esteve mesmo disseminada nas sociedades africanas, existia tal comércio, mas é preciso atentar-se justamente à estrutura dessas questões, não esquecer da complexidade e pluralidade disposta nesse período histórico.

Esse mesmo autor, que parece conhecer, mas não compreender sobre o período, posteriormente constrói uma fala bastante problemática ao dizer que "os europeus simplesmente entraram nesse mercado já existente, e os africanos responderam ao aumento da demanda durante séculos fornecendo mais escravos" (THORNTON, 2004, p. 123), pois acaba desconsiderando a complexidade desse sistema escravista, suas particularidades e características principais. É importante destacar que os europeus não só entraram em um sistema escravista, como também o modificaram e o transformaram para servir aos seus propósitos mercantilistas.

Essas modificações não foram feitas de forma amigável, na verdade usou-se a força e a desumanização, alterou-se toda a essência da atividade que antes era desenvolvida para aqueles povos e suas sociedades, no intuito de servir a outros das maneiras mais cruéis possíveis. Portanto não foi de forma simples, não houve um fornecimento de pessoas escravizadas como se fosse um simples mercado, as pessoas foram forçadas àquilo por terceiros.

Há nos trabalhos desenvolvidos por John Kelly Thornton (2004) importantes contribuições acerca do período da chamada formação do mundo atlântico, mas é preciso

destacar que seu trabalho constantemente realiza, de forma indireta, uma culpabilização dos povos africanos pelo processo escravista. Tal perspectiva é transmitida durante toda a leitura de sua obra, estando presente nas entrelinhas, uma questão de subjetividade que possivelmente pode ser um reflexo do seu lugar histórico e social enquanto pessoa branca de origem não africana, ainda que tal fato não seja determinante para a construção desse pensamento.

Sendo assim, é muito importante que, ao se pensar a escravidão, não se tente simplificar demais o que de fato é complexo, pois essa tentativa pode acabar transmitindo informações pouco pertinentes e até de caráter relativizador. A escravidão na África existiu e em alguns lugares continua existindo até os dias de hoje, a diferença atualmente está na forma como está estruturada, sendo ainda um problema real. Isso demonstra o impacto maior da disseminação da escravidão para o mundo e seu caráter de adaptação, pois segue se moldando à nova realidade, conseguindo, de diferentes formas, constituir o fruto maior da escravidão moderna, a desigualdade social e racial.

Como mencionado anteriormente, uma possibilidade para pensar essas questões de maneira mais adequada e coesa está no pensamento decolonial, na tentativa de visualizar a história a partir da visão dos povos colonizados e subjugados pelos europeus colonizadores. Isto posto, é importante tentar livrar a produção de conhecimento de uma centralidade europeia que se mostra tóxica, desnecessária e pouco eficiente para explicar a complexidade das sociedades e de suas estruturas.

Conclusão

Tendo em vista o exposto nesse breve artigo, percebe-se que ainda que semelhantes em alguns aspectos, as práticas de escravidão empregadas na África e a realizada nos moldes europeus são separadas por uma enorme discrepância. Esse fato coloca ambas em categorias distintas, não podendo nunca serem consideradas iguais, visto que muitos foram os impactos causados pela escravidão moderna, que desestruturou toda uma sociedade, desestabilizou e ceifou vidas, transformando para sempre a sociedade da época e a atual.

Dessa forma, torna-se imprescindível que o tema aqui abordado seja tratado com mais cuidado por estudiosos da área e pesquisadores em geral. Trata-se de um tema bastante conhecido, mas pouco estudado em profundidade. Trabalhar e conhecer a história africana deve ser encarado como uma responsabilidade de todos. Sendo assim, espera-se que essa discussão tenha contribuído para elucidar questões essenciais e incentivar a reflexão.

Tratando de novos olhares e perspectivas, conclui-se que a decolonialidade, enquanto pensamento, tem muito para oferecer aos estudos com temáticas voltadas para a história da África e para questões étnico-raciais gerais, sendo sua linha de extrema importância para a historiografia atual e para a construção de uma perspectiva voltada para o combate ao racismo nas produções acadêmicas e no contexto político-social como um todo.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **Escravidão Clássica e Escravidão Moderna. Desigualdade e Diferença no Pensamento Escravista: uma comparação entre os antigos e os modernos.** *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, núm. 15, 2013, pp. 195-230 Universidade de Aveiro Aveiro, Portugal.
- CAVILAK, Iuri. **Walter Rodney: intelectual socialista e historiador da África.** *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, Nº 30, p.365-383, Jan./Jul., 2021.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Trad. Noêmia de Sousa. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África. Uma história e suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- M'BOKOLO, Elikia et al. **África Negra. História e Civilizações. Tomo I, Até ao Século XVIII.** Lisboa: Editora Vulgata, 2003.
- OLIVEIRA, Elizabeth; LUCINI, Marizete. **O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência.** *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115.
- PETTERSON, Orlando “The Study of Slavery” in *Annual Review of Sociology*, III. 1977, 407-449.
- RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África.** Lisboa, Editora Seara Nova, 1975.
- RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesarrolló a África.** México, Siglo XXI Editores, 1982.
- SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. **Escravidão Interna na África, antes do Tráfico Negroiro.** *Revista Vértices, [S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 11–24, 2003. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20030007>. Acesso em: 8 de jun. 2023.
- THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico.** Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación.** Lima: Ministerio de Educación, Mimeografado, 2005.
- WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história.** Da antiguidade à modernidade. Copyright, 2007.